

Brasil deve crescer 3% 28 DEZ 1987

por Cláudia Safatle

de Acapulco

(Continuação da 1ª página)

“A URP é um instrumento perfeito de correção de salários”, observou uma fonte do Ministério da Fazenda.

“O ano de 1988 começa com o olho na inflação e um fechamento tradicional do acordo de renegociação dos juros da dívida externa de 1988 e 1989”, resumiu uma fonte qualificada do Ministério da Fazenda, que não deverá permanecer no cargo nem mesmo com a possível efetivação de Nóbrega.

Dois pontos funcionariam a favor do governo e, particularmente, do ministro que vier assumir a pasta da Fazenda. Primeiro, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira deixou os preços e tarifas públicas razoavelmente bem alinhadas, com pequenos problemas na área siderúrgica, apenas. De outro lado, o “pacote” fiscal teve a lógica de recuperar um pouco as finanças públicas, minimizando ligeiramente a questão do déficit do setor público, embora tenha de ser complementado com mais austeridade no ano que vem.

“Se o novo ministro for forte e o presidente da República estiver decidido a seguir o déficit público, a economia brasileira terá chances de ser relançada no segundo semestre.” Mas, na ótica dessa fonte, se o ministro da Fazenda ceder às pressões gastadoras, que são fortes principalmente num ano eleitoral, “ai o déficit vai embora”.

“Nesse cenário de descontrole no setor público, a inflação acabaria disparando e o governo se veria, em meados do ano, tentando fazer um novo choque com congelamento de preços e salários.

“Para os economistas do Ministério da Fazenda, mais uma vez a palavra austeridade, tantas vezes anunciada pelo comando do governo, deverá ser a palavra de ordem para o

setor público em 1988. Juntamente com a austeridade eles recomendam que o ministro da Fazenda não segure os preços e tarifas do setor público, como mecanismo de contenção da escalada inflacionária.

Na ótica de duas fontes do Ministério da Fazenda, há pelo menos duas maneiras de deixar a inflação escapar:

1) uma explosiva, decorrente de antecipações de elevação de preços pelo setor privado para proteger-se de um eventual congelamento;

2) a outra vem do setor financeiro: o alargamento de déficit público cria espaços para o setor financeiro praticar taxas de juro mais altas e colocar mais combustível na expectativa inflacionária, uma boa administração do déficit do setor público, inclusive deixando o primeiro semestre absorver parte das despesas que o governo acaba concentrando nos três últimos meses do ano, seria importante para sinalizar o setor privado e evitar exacerbão de expectativas.

Na área externa, a expectativa de técnicos governamentais é de que o novo ministro coloque em prática os mecanismos mais tradicionais de negociação da dívida externa, fechando o acordo de refinanciamento dos juros de 1988 e 1989, de modo que o assunto desapareça como gargalo na administração do presidente José Sarney.

Os números que estão sendo revistos para a balança comercial falam de um saldo positivo não superior a US\$ 9 bilhões ou US\$ 10 bilhões com um crescimento moderado das exportações, algo como 3% reais, e um maior afrouxamento das importações, que permita o crescimento econômico no segundo semestre.

Em 1988, o presidente Sarney não deverá experimentar nenhum modelo de administração da economia inovador. A tendência é recorrer a políticas mais ortodoxas, mais conservadoras.

# Brasil deve crescer 3%

28 DEZ 1987

por Cláudia Safatle  
de Brasília

Os primeiros meses de 1988 não prometem boas notícias para a economia. As expectativas de economistas que trabalham para o governo são de que a recessão e o desemprego se aprofundem no primeiro semestre do ano, deixando somente para depois de agosto uma possível retomada do crescimento econômico. A expectativa oficial, de qualquer forma, é de um crescimento de 3% em 1988, variações para mais ou para menos nesse cenário ficarão por conta do nome que assumir o Ministério da Fazenda, embora a tendência que se confirma em Brasília seja a efetivação do ministro interino, Maílson Ferreira da Nóbrega, no cargo de titular da Pasta da Fazenda.

Um ponto em comum no prognóstico dos técnicos oficiais é de que a taxa de inflação não muda de patamar nos seis primeiros meses. A expectativa é de uma estabilização de preços, principalmente no primeiro trimestre do ano, na faixa de 14%, sem surpresas no nível da demanda e sem choque de oferta de produtos agrícolas à vista.

Nessa análise não se considera a possibilidade de o “pacote” fiscal, recentemente editado pelo governo, que aumenta impostos, vir a pressionar os custos e, portanto, os preços finais das mercadorias. Com o agravamento do desemprego, a fria avaliação técnica indica que os trabalhadores não se sentirão tentados a fazer reivindicações salariais mais ousadas, permanecendo a Unidade de Referência de Preços (URP) como atualizadora do poder de compra dos salários.

“Num regime de inflação estável,

GAZETA MERCANTIL